

ENSINO DE HISTÓRIA E NOVAS LINGUAGENS: QUESTÕES DE COMPREENSÃO E USO.

José Jailton Camargo

UFPR – Universidade Federal do Paraná

Resumo

Neste trabalho discutimos questões que envolvem o uso de novas linguagens em sala de aula, especialmente na Educação Básica. Na perspectiva da Educação Histórica, procuramos perceber a que fim as diferentes linguagens, como meios, deveriam servir. Entendemos que, embora o debate em torno do assunto, no Brasil, possa ser remetido pelo menos ao final da década de 1980, há problemas na sua compreensão e apropriação na vida prática dos docentes, na forma como são trabalhados em sala de aula. As novas linguagens deveriam ser instrumentos, meios, para uma aprendizagem histórica capaz de desenvolver a competência narrativa dos estudantes, auxiliá-los a pensar historicamente correto. Mas, ao contrário, parece haver um ênfase excessiva nesses meios, sem pensar o fim a que eles deveriam realmente servir.

Introdução

A questão da incorporação de novas linguagens pelo professor em sala de aula tem sido tema recorrente nos debates sobre ensino e aprendizagem a algum tempo. Frequentemente repete-se que o professor precisa se atualizar e acompanhar as modificações tecnológicas – que os seus alunos parecem dominar tão rapidamente – aceitando o desafio da inevitabilidade de sua emergência e da sua incorporação. O último concurso de provas e títulos para provimento de cargos de professor da rede pública estadual da educação básica paranaense tinha como tema de redação as novas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Os professores, por sua vez, acabam – mesmo diante da massacrante realidade salarial das redes públicas de educação básica - tentando adquirir novos equipamentos como celulares, projetores multimídia, cabos, câmeras etc. e muitas vezes fazendo o possível para usá-los em suas aulas. Embora já se disponha de uma série de reflexões e publicações sobre a temática, esses trabalhos nem sempre são consultados ou levados em conta na hora de preparar e realizar as aulas.

Neste trabalho, de cunho bibliográfico, o objetivo é pensar justamente se e em que medida as “novas” linguagens representam uma inovação nas possibilidades de ensino, e se a repetição constante de que os professores devem adotá-las urgentemente não significa justamente que elas não são tão novas; e que seu uso ainda é permeado por equívocos.

A discussão sobre Novas Linguagens na educação brasileira

Para Schmidt e Cainelli “... principalmente no século XX, o desenvolvimento e a expansão de novas linguagens culturais, como a fotografia, o cinema, a televisão e a informática, trouxeram novos desafios ao historiador e ao professor de história.” (SCHIMIDT e CAINELLI, 2009, p. 134). O professor se viu desafiado pela inclusão de novas tecnologias que, muito rapidamente entravam na vida de boa parte das pessoas e tornavam obsoletas linguagens que sempre haviam “naturalmente” constituído os meios para o ensino. Assim, o quadro e giz e os livros perdiam parte de uma certa exclusividade de que haviam desfrutado.

No Brasil, o contexto ditatorial inibia a reflexão sobre essas temáticas que “subvertiam” as antigas formas de ensinar e aprender. Mas o contexto dos anos finais do regime militar e da transição à democracia permitiu uma certa efervescência de pensamento e propostas, inclusive para a educação.

Assim, um diagnóstico que parecia certo e sobre o qual não parecia haver discordância, era o da necessidade urgente de repensar os meios e fins pelos quais se ensinava no país. Na disciplina de História, os entusiasmos pareciam não ser menores. Em 1984, organizada por Marcos Silva, saía a coletânea “Repensando a História” onde se mostrava a preocupação de professores de História de diferentes níveis com a necessidade de inclusão de novos procedimentos e técnicas, para além das aulas expositivas e livros didáticos. (SILVA, 1984).¹ Alguns anos depois, em 1990, Selva Guimarães Fonseca afirmava que o uso de novas linguagens no ensino de História era um “tema clássico”, presente em diversas publicações (FONSECA, 1990, p. 205).

Esse tema, que em 1990 já era clássico, continua a suscitar reflexões e a reclamar um repensar urgente da educação no Brasil “... para que o novo não envelheça sem ser realizado.” (CERRI, 1997, P. 151).

Novas Linguagens como meios ou fins

Uma perspectiva interessante para pensar o problema foi colocada por Karnal, já em 2003. Segundo ele:

Há algumas décadas, houve um equívoco expressivo na modernização do ensino. Julgou-se que era necessário introduzir máquinas para ter uma aula dinâmica. Multiplicaram-se os retroprojetores, os projetores de slides e, posteriormente, os

¹ Para fins de nosso trabalho, consideramos esta uma das primeiras publicações sobre o tema. Não sendo mais devotos do “ídolo das origens” (SIMIAND, 1904, p.) podemos aceitar que outros trabalhos são anteriores, já que é irrelevante, aqui, quem foi o primeiro autor a se debruçar sobre o tema.

filmes em sala de aula. [...] Que seja dito e repetido a exaustão: uma aula pode ser extremamente conservadora e ultrapassada contando todos os mais modernos meios audiovisuais. Uma aula pode ser muito dinâmica e inovadora utilizando giz, professor e aluno. **Em outras palavras, podemos utilizar meios novos, mas é a própria concepção de História que deve ser repensada.** (KARNAL, 2009: p. 9).

Ou seja, parece haver um excesso de atenção à necessidade de se usar novas linguagens, e uma falta de reflexão sobre como essas linguagens podem ajudar na melhoria da qualidade das aulas, porque a essência do processo, que é a concepção de ensino, não está sendo repensada. Pensamos que estão sendo usadas novíssimas tecnologias para dar as mesmas velhas aulas.

Nesse sentido, o aporte teórico da Educação Histórica nos parece fundamental para pensar esse aspecto da questão. Por esse viés, pensamos, as novas linguagens devem ser usadas como meios – ou recursos didáticos - para atingir o que Rüsen denomina como “aprendizagem histórica”. Para o autor, esse conceito se refere a “... uma das dimensões e manifestações da consciência histórica... A questão básica é como o passado é experienciado e interpretado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro.” (RÜSEN, In: BARCA et.al., 2010, p. 39).

A consciência histórica pode ser desenvolvida pelas pessoas sem que necessariamente precisem passar pela sala de aula. Não se pode dizer que alguém não tem consciência histórica simplesmente por que não passou pela educação formal. Mas para aqueles que estão nesse processo de educação formal, o desenvolvimento de uma aprendizagem crítica, criativa e participativa depende de uma série de questões, entre as quais está o uso que se pode fazer dos imensos recursos midiáticos à disposição da sociedade atual para ajudar a dar sentido ao que se aprende.

Obviamente, como advertem Schmidt e Cainelli, que o fato de todas as pessoas terem consciência histórica não significa que o aprendizado formal em sala de aula deva ser obrigatoriamente equiparado com o que se pode aprender sem esse processo. Como salientam as autoras “... saber história é diferente de pensar historicamente correto.” (SCHIMIDT e CAINELLI, 2009, p. 70). Pensar historicamente correto seria a “... capacidade de dar significados para a história e orientar aquele que aprende de acordo com a própria experiência histórica”. (SCHIMIDT e CAINELLI, 2009, p. 72).

Considerações finais

Essas possibilidades tecnológicas estão à disposição de públicos cada vez mais amplos, e podem ser mobilizadas com relativa facilidade. Para Abud “... tudo isso tem se

constituído em linguagens da história, e de fontes para o conhecimento histórico acadêmico passam a ser recursos didáticos para auxiliar o aluno na construção do seu conhecimento.” (ABUD, 2005, p. 310).

As “novas” linguagens, portanto, deveriam servir como aporte à preparação e condução de aulas que possibilitassem aos alunos uma efetiva aprendizagem histórica. Ao contrário do que parece ser a tônica, poderiam servir como meios, ou recursos didáticos, e não como fins em si mesmos. Pensar a aprendizagem histórica como um processo que permita ao aluno situar-se historicamente e usar os meios à sua disposição como auxiliares dessa tarefa, poderia ajudar a evitar a armadilha de multiplicar os meios sem repensar os fins. Novas linguagens, nesse sentido, poderiam ser usadas sem repetir as velhas aulas.

Referências

CERRI, Luis Fernando. As concepções de história e os cursos de licenciatura. In: **Revista de História Regional** 2(2): 137-152, 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História: diversificação de abordagens. IN: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 9, n. 19, p. 197-208, et.1989/fev.1990.

KARNAL, Leandro. Introdução. In: _____. (Org.). **História na sala de aula**. Conceitos, práticas e proposta. São Paulo: Contexto, 2009.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado Histórico. In: BARCA, et. al. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História: pensamento e ação na sala de aula**. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Marcos. (Org.). **Repensando a História**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.